



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DAS VERTENTES**  
**CASA LOURENÇO PEREIRA DE MENDONÇA**

**PARECER**

Vem, para a análise dessa **Comissão Permanente de Saúde**, o **Projeto de Lei n.º 11, de 02 de abril de 2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, o qual autoriza a criação dos cargos de Gerente de Saúde e Gerente de Regulação no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, determinando-se outras providências.

Compulsando a presente proposta legislativa, observamos que a mesma encontra respaldo legal no **artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988**, que prevê a criação de **cargo em comissão**, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Ainda sobre o tema, os **artigos 2.º e 6.º, da Lei Federal n.º 8.080/90**, nos disciplina que:  
***"Artigo 2º: A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.***

***Artigo 6º: Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): II- o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde."***

No caso em análise, haverá a criação de **dois cargos em comissão: I- Gerente de Saúde**, com a finalidade fiscalizar as ações na seara da saúde municipal, o desenvolvimento de estratégias para a implementação das políticas públicas de saúde, dentre outras atribuições; **II- Gerente de Regulação**, responsável pelo gerenciamento do acesso dos usuários aos serviços de saúde, monitorando a marcação de consultas, exames e procedimentos.

VERTENTES - PE



# PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA MUNICIPAL DAS VERTENTES

### CASA LOURENÇO PEREIRA DE MENDONÇA

Ante o exposto, com fundamento nos princípios administrativos da legalidade e eficiência, na Lei Complementar n.º 101/2000, os membros desta comissão permanente OPINAM PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 10/2025.

Vertentes-PE, 08 de abril de 2025.

*Severina*  
**Severina Maria Almeida de Miranda**  
Presidente

*Elba Neide*  
**Elba Neide Leal Ferreira de Araújo**  
Relatora

*Natália Lima de Miranda*  
**Natália Lima de Miranda**  
Membro

*Emanoel Germano Pessoa da Silva*  
**Emanoel Germano Pessoa da Silva**  
Assessor Jurídico  
OAB/PE 22.433